

Com o Bolso Alheio

24 JUN 1993

JORNAL DO BRASIL

É ntra pelos olhos a explicação para o frenético do Congresso em votar aumentos de despesas e a negação em cortar gastos inúteis: como o Congresso não costuma providenciar os recursos quando cria despesas para o Executivo, os políticos sempre são generosos e aumentam salários de servidores, por hábito fisiológico e, mais ainda desta vez, por estarmos a caminho de um singular ano eleitoral.

O açodamento da Câmara na aprovação do projeto do deputado Paulo Paim (PT-RS), que institui o reajuste salarial mensal, se encaixa como uma luva na definição da irresponsabilidade dos congressistas. A regulamentação do IPMF — uma das saídas para o governo devolver equilíbrio ao Orçamento — tramitou vários meses na Câmara. Mas o projeto do deputado Paim entrou na ordem do dia por um passe de mágica. Aprovado com folgas, vai devorar uma parcela do que será arrecadado pelo IPMF, aprovado na véspera. Nesse jogo de acomodação interesseira do Congresso, nunca o déficit será zerado, nem a inflação poderá cair.

A situação dramática das finanças públicas, apresentada a nação pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, não sensibilizou os deputados dispostos a fingir que o desequilíbrio fiscal e a inflação não lhes dizem respeito, embora suas emendas perdulárias tenham grande responsabilidade no rombo de US\$ 53 bilhões no Orçamento.

♪ Não é apenas a Previdência Social que pode quebrar com o rombo de US\$ 1 bilhão gerado pelo aumento mensal de salários. O ministro Fernando Henrique Cardoso ressaltou que o reajuste mensal pode ser concedido pelas empresas privadas, mas o setor público, particularmente o governo federal, não tem como enfrentar esse aumento de despesas e suas conseqüências, via indexação, na aceleração da inflação. A Constituição será violada, com o comprometimento de mais de 65% da receita em gastos com salários. São Paulo, o estado mais rico do país, já está com 84% da receita do ICMS comprometidos com o pagamento de salários.

É cômodo os políticos abusarem do Orçamento para conseguir obras para seus redutos eleitorais, e, depois de criticar o governo pela inflação, defender aumentos salariais sem atacar as causas da inflação. O Legislativo propõe benefícios já sabendo que, sem apontar as fontes, o Executivo só poderá cumprir as leis aprovadas pelo Congresso, emitindo moeda e gerando inflação.

É grande o risco de sair pela culatra o efeito eleitoral: sem recursos para pagar os salários, a culpa recai sobre os imprevidentes deputados, que costumam fazer despesas com o cartão de crédito do contribuinte. Se o Senado não desfizer essa última irresponsabilidade da Câmara, a inflação continuará a subir até não se sabe quando.